

31 DESAFIOS PARA O ENSINO SUPERIOR

ensaios

VOL. I

31
desafios
PARA O ENSINO
SUPERIOR

ensaios

31 DESAFIOS

AUTORES: Carlos Abreu, João Sobrinho Teixeira, Teresa Alvarez, António Manuel Valente de Andrade, Amélia Augusto, Germano Borges, Irma da Silva Brito, Ricardo Cabral, Hugo Carvalho, Carlos Albino Veiga da Costa, João Falcão e Cunha, Diana Dias, Hugo Dionísio, Elísio Estanque, Paulo Ferraz, António Fragoso, Joana Mira Godinho, David Gomes, João Castel-Branco Goulão, Ana Carla Madeira, Rosa Marchena Gómez, Helena Águeda Marujo, Daniel Monteiro, Luís Valentim Pereira Monteiro, César Augusto Lima Morais, Natália Pacheco, Paulo Peixoto, Henrique Pereira, José Luís Rodrigues, Líliliana Rodrigues, Catarina Sales Oliveira, Rafael Santana Hernández, Patrícia Santos, Idalina Sardinha, Armando Manuel Marques Silva, Margarida Mano, Marlene Conceição Batista Teixeira, Gonçalo Cardoso Leite Velho, Carlos Vieira, Isabel Vieira, João Pedro Mendonça Vieira, Maria Manuel Vieira, Sílvio Fernandes

Uma edição da



COORDENAÇÃO: Ricardo Martins e Andreia Micaela Nascimento

EDITOR: Luís Eduardo Nicolau

REVISÃO: Carlos Diogo Pereira e José Luís Sousa

EDIÇÃO, PAGINAÇÃO E DESIGN: Imprensa Académica

IMPRESSÃO: Tipografia Lousanense, Lda. - Lousã

ISBN: 978-989-54361-2-5

Depósito legal: 454300/19

1.ª Edição: Funchal, abril de 2019.

Edição © Associação Académica da Universidade da Madeira

Todos os direitos reservados.

www.imprensaacademica.pt

A Imprensa Académica é uma marca registada da Associação Académica da Universidade da Madeira.

As opiniões, expressas nos textos que integram esta publicação, são da responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, a opinião ou a orientação da Imprensa Académica ou da Associação Académica da Universidade da Madeira.

Os textos publicados nesta obra respeitam a norma ortográfica escolhida pelos seus autores.

A Imprensa Académica agradece a todos os leitores que, ao adquirirem esta obra, estão a contribuir para os programas de apoio social e de voluntariado que são destinados aos estudantes da Universidade da Madeira. Saiba mais em www.bolsas.pt

AGRADECIMENTOS

Esta edição contou com o apoio da Secretaria Regional de Educação, do Instituto Português da Juventude e do Desporto, através do Programa de Apoio Estudantil, além do mecenato da Empresa de Cervejas da Madeira, da Moche, do Santander Universidades, do *Diário de Notícias* da Madeira, do La Vie Funchal e da Coca-Cola European Partners.

Ficam proibidos a reprodução, total ou parcial, desta obra por qualquer meio ou procedimento, o seu armazenamento, em qualquer dispositivo, e a sua transmissão, por qualquer forma eletrónica, mecânica, policopiada, gravada ou outra, sem a autorização prévia da editora e do(s) autor(es).

APOIO INSTITUCIONAL



Secretaria Regional
de Educação
Direção Regional de Juventude e Desporto



ÍNDICE

- 9~~~~Nota de Apresentação
- 11~~~~Prefácio
- 14~~~~Sobre os autores
- 17~~~~Ensaio

I · NOS BASTIDORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

- 19~~~~Reflexões Sobre a Igualdade entre Mulheres e Homens:
Conhecimento, Educação e Formação
- 25~~~~A Excelência na Universidade
- 31~~~~Praxe e Tradição Estudantil em Coimbra
- 39~~~~Comportamentos Aditivos no Ensino Superior
- 47~~~~O Desafio da Igualdade de Género no Ensino Superior
- 55~~~~Autonomia
- 61~~~~Barreiras Informais de Acesso ao Ensino Superior
e à Mobilidade Social

2 · O ENSINO: A NOVA ORDEM MUNDIAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

- 67~~~~Mobilidade Internacional e o Ensino Superior
- 75~~~~A Importância da Universidade na Promoção de uma Cultura
de Honestidade
- 81~~~~Como Avaliar Quem nos Avalia?
- 89~~~~Desafios de la Educación Inclusiva
- 97~~~~Ensino Doutoral: Ampliação, Diversificação e Maleabilidade

3 · O ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO

- 105~~~~Integração no Ensino Superior: Reciclagem do Ofício do Aluno
- 111~~~~Da Educação ao Trabalho: O Estatuto do Trabalhador-Estudante
- 119~~~~Estudantes Não-Tradicionais no Ensino Superior: Uma Questão
de Responsabilidade Social?
- 127~~~~Evoluções Recentes na Inserção Profissional dos Jovens Diplomados
do Ensino Superior em Portugal: Convergências e Disparidades
entre Residentes na Região Autónoma da Madeira e no Continente.

NOTA DE APRESENTAÇÃO

- 143~~~~A Sexualidade dos Jovens Universitários Portugueses
- 155~~~~Saúde no Ensino Superior
- 161~~~~Sucesso, Insucesso e Desistência no Ensino Superior – Conceitos, Percursos e Subjetividades

4 - PARA ALÉM DO ENSINO SUPERIOR

- 167~~~~A Tecnologia no Ensino Superior
- 175~~~~Direito ao Presente
- 181~~~~A Sustentabilidade e as Instituições de Ensino Superior
- 191~~~~Bem-Estar na Universidade: o Contributo da Psicologia Positiva e da Educação para a Paz
- 199~~~~O Desporto ao Serviço do Desenvolvimento Humano (Também no Ensino Superior)
- 203~~~~A Ciência e a Fé
- 213~~~~Uma Universidade para o Século XXI. de uma Universidade Encarada como Projeto Civilizacional a uma Universidade Virada para Projetos Civilizacionais Ancorados nas Comunidades Que lhe são mais Próximas
- 221~~~~Cidadania: da Academia às Redes Sociais

5 - POLÍTICAS DO ENSINO SUPERIOR

- 227~~~~O (Sub)Financiamento do Ensino Superior em Portugal
- 237~~~~Quais as Estratégias de Ação Social Adequadas à Contemporaneidade do Ensino Superior Português?
- 245~~~~A Juventude na União Europeia, Os Jovens na Madeira e os Desafios do Futuro
- 249~~~~Desnovelar o Acesso ao Conhecimento da Política do Medo
- 251~~~~Tendências do (Sub)Financiamento Português

- 259~~~~Posfácio
- 265~~~~Referências Bibliográficas

REFLEXÕES SOBRE A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS: CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

TERESA ALVAREZ

No presente texto partilham-se algumas reflexões sobre resistências e desafios que se colocam hoje à Igualdade entre Mulheres e Homens (ou Igualdade de Género). Tendo como referência a ação do principal mecanismo nacional para a igualdade, atualmente designado por Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), privilegiam-se os domínios de intervenção política que mais diretamente se enquadram na missão das instituições de ensino superior: a produção do conhecimento, a educação e a formação. Estas áreas são, simultaneamente, as que conferem sustentabilidade às conquistas sociais já alcançadas na construção da igualdade de género.

A Agenda Política da Igualdade entre Mulheres e Homens

Enquanto mecanismo nacional para a igualdade, a CIG¹ é, por definição, juntamente com a CITE², o organismo do Estado responsável pela coordenação e execução das políticas públicas de igualdade entre mulheres e homens. A partir de 1997, as prioridades destas políticas passam a estar expressas nos Planos Nacionais para a Igualdade que constituem, por excelência, os instrumentos nacionais de política para a igualdade entre mulheres e homens. Em 2018, aos Planos Nacionais sucede-se a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação, em vigor até 2030, a qual integra três Planos de Ação, o primeiro dos quais é o Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens (PAIMH).

Hoje, a igualdade entre mulheres e homens é considerada um requisito essencial do progresso e bem-estar da humanidade e do funcionamento das sociedades democráticas e entendida como uma dimensão transversal a todas as esferas sociais, válida para todos os grupos, classes ou etnias, independentemente de religião, crenças ou costumes, tal como tem sido sistematicamente reafirmado pelas diversas estruturas das Nações Unidas e da Comunidade Europeia. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovados pelas Nações Unidas (2015-2030) e a Estratégia do Conselho da Europa para a Igualdade de Género (2018-2030) são disso prova evidente.

Apesar das significativas alterações que têm ocorrido nas relações entre homens e mulheres e nos papéis sociais desempenhados por uns e por outras, os dados sobre a realidade demonstram que estas alterações estão longe de estar generalizadas e muito menos consolidadas, constatando-se que, na prática, mulheres e homens ainda vivem em

//// ¹ Criada em 1975, é institucionalizada em 1977 com o nome da Comissão para a Condição Feminina. A sua nova lei orgânica de 1986 passa a designá-la por Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Em 2007 passa a ser designada pelo nome que tem hoje.

² O outro mecanismo nacional para a igualdade é a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, CITE, criada em 1979.

situação de desigualdade de direitos e de deveres. Acresce que as mudanças em prol da igualdade de género nem sempre são coerentes com outras mudanças sociais que lhes são coevas.

Ao longo dos últimos anos, tanto as Nações Unidas, como o Conselho da Europa e a União Europeia têm vindo a alertar para a existência de desigualdades estruturais que persistem entre mulheres e homens e a sublinhar a necessidade de eliminar os estereótipos de género nos quais se enraízam as relações assimétricas entre os sexos e que ainda sustentam a organização das sociedades atuais. Estes desequilíbrios estão presentes em todas as esferas sociais, como as da participação política, da tomada de decisão, do mercado de trabalho e da organização familiar, e mostram o carácter deficitário da participação das mulheres nas esferas da vida pública e da participação dos homens nas esferas da vida privada, como tão bem revelam os dados sobre o uso do tempo por parte de cada um dos sexos³.

Não esqueçamos, todavia, que estes dados também evidenciam uma diferença considerável entre o ritmo dos avanços significativos das mulheres nos espaços públicos e a lentidão do aumento da participação dos homens na esfera privada.

É neste domínio que se situa **um dos atuais desafios à igualdade**: a partilha do trabalho não pago e do tempo que a gestão do privado exige a cada pessoa e a cada coletivo humano. Algumas propostas de especialistas das áreas da Sociologia, Economia e Direito⁴ procuram contribuir para responder a este desafio tais como a da inclusão do trabalho não pago no cálculo do PIB, da reformulação de conceitos-chave da economia contemporânea como a de “trabalho” ou, ainda, da alteração de designação de Inquérito ao Emprego, do Instituto Nacional de Estatística, pela de Inquérito ao Trabalho, passando este instrumento de recolha de informação a incluir a dimensão do trabalho não pago.

Trata-se, em suma, de questionar a subordinação da ideia de trabalho à ideia de emprego e de recuperar o conceito de trabalho no sentido real do termo.

Políticas de Igualdade e Educação

Sabemos que os estereótipos sexistas continuam a estruturar o pensamento coletivo, a ser partilhados pelo senso comum e a ser reproduzidos através dos diferentes meios e contextos de comunicação social e de interação humana. Aprendidos e raramente questionados, a sua força reside no seu elevado cariz consensual, atravessando classes sociais, gerações, profissões e etnias, e no elevado grau de convergência entre os diversos discursos e narrativas que sustentam todo o tipo de práticas sociais de homens e de mulheres, de crianças, jovens, pessoas adultas e pessoas idosas. Eles são, pois, um poderoso fator de restrição e condicionamento dos trajetos individuais de homens e de

/// ³ Heloísa Perista et al. (2016), *Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal*, Lisboa, CESIS e CITE. Disponível em <https://bit.ly/2qQ7eKW>

⁴ Consulte-se a este propósito, entre outras, a obra de María Ángeles Durán e os trabalhos de Virgínia Ferreira e Sara Falcão Casaca ou ainda as posições defendidas por Maria do Céu Cunha Rego e Regina Tavares da Silva.

mulheres, das suas escolhas e das suas opções ao longo da vida. São, por isso mesmo, o principal obstáculo à efetivação da igualdade social entre mulheres e homens.

As políticas de igualdade têm insistido no combate aos estereótipos de género, em especial no sistema educativo. Significa isto questioná-los e desconstruí-los, mas não eliminá-los pela simples razão de tal ser uma impossibilidade. As sociedades permanecem fortemente estereotipadas e o sexismo persiste na sua organização e funcionamento. Assim, a escola, enquanto subsistema social, é estereotipada do ponto de vista de género e reproduz formas sexistas de pensar, de ser e de estar, tal como o fazem os outros subsistemas sociais (emprego; saúde; segurança social).

Um dos desafios que se colocam à igualdade é o da conceção de estratégias de *mainstreaming* de género no sistema educativo a partir de uma visão sistémica da socialização de género e da educação, concretizando-a de forma intersectorial e não apenas sectorial. Alguns países europeus têm enveredado por este caminho, como é o caso da França através da Convenção Interministerial⁵ que congrega os Ministérios da Educação, dos Direitos das Mulheres, do Trabalho, Emprego, Formação Profissional e Diálogo Social, do Ensino Superior e Investigação Científica e da Agricultura e Floresta. Esta será, certamente, uma forma de tornar mais evidente a responsabilidade coletiva de combater os estereótipos sexistas, por parte de todos os setores sociais – das famílias e das escolas às empresas, ao estado e aos órgãos de comunicação social.

Sexismo e Educação

Um dos problemas colocados pelos estereótipos de género em educação é o de servirem para lidarmos, de forma quase imediata e automática, com uma pessoa, não em função do que ela é e do que ela pode vir a ser, mas sim em função do que se considera que ela é e do que já se espera que ela pode, ou não pode, vir a ser. Em termos educativos, estas expectativas sobrepõem-se à individualidade de cada criança e jovem e às suas reais potencialidades enquanto ser humano. As estratégias educativas diferenciadas que pautam o contexto familiar, como há muito evidenciou Cristina Vieira⁶, bem como as que decorrem da pretensa neutralidade da escola face a cada um dos sexos têm conduzido a processos educativos, geralmente conduzidos de forma inconsciente, cujos estímulos dirigidos a um e a outro sexo contribuem para anular ou dificultar o desenvolvimento de certas potencialidades e a orientar e “pressionar” o desenvolvimento de outras potencialidades nos rapazes e nas raparigas⁷.

⁵ *Convention interministérielle pour l'égalité entre les filles et les garçons, les femmes et les hommes dans le système éducatif* (2013-2018), Governo Francês. Disponível em <https://bit.ly/2Q6y-jaL>

⁶ Veja-se a este propósito *É Menino ou Menina? Género e Educação em Contexto Familiar*, de Cristina Coimbra Vieira, editado pela Almedina, em 2006, e da mesma autora *Educação familiar: estratégias para promoção da igualdade de género*, publicado pela CIG, em 2013 (3.ª edição).

⁷ Há muito que autoras como Nicole Mosconi, Madeleine Arnot ou Marina Subirats têm vindo a denunciar os processos de “formação de género” na escola, utilizando uma expressão da última autora.

Os mecanismos de reprodução dos estereótipos de género são diversos, frequentemente silenciosos, e atualmente mais sofisticados e subliminares do que algumas décadas atrás. Provenientes de múltiplas fontes e veiculados através de mensagens tão diferentes como uma caixa de lego, um manual escolar, uma canção ou o vestuário da moda, o poder normativo dos estereótipos reside na sua forte coerência quanto ao que se entende por ser rapariga e por ser rapaz. Os trabalhos na área da Psicologia e das Ciências da Educação há muito que identificaram os elementos estruturantes destes estereótipos⁸ que continuam a ser:

- a educação para o cuidado das raparigas através quer da incorporação do modelo de mãe, quer (mais recentemente) da sobrevalorização da aparência física, conduzindo à construção de uma identidade centrada no outro, de quem se cuida ou de quem se espera a aprovação.
- a educação para o domínio e afirmação individual dos rapazes através quer da rejeição e menosprezo da feminidade, quer da afirmação individual face ao outro, expressa no domínio das situações, dos objetos e das pessoas, conduzindo à construção de uma identidade, individual e coletiva, centrada em si próprio.

Assim, outro **desafio** que se coloca à igualdade consiste em atenuar e contrariar esta dicotomia nos contextos educativos, familiar e escolar. Trata-se de assegurar que a escola exerça, também no que ao género diz respeito, o papel emancipatório que dela se espera, através do conhecimento sobre o mundo que nela se partilha e se constrói. No essencial, trata-se de integrar a mesma valorização social, tanto para raparigas como para rapazes, das competências e dos saberes necessários às diferentes dimensões da vida humana, conferindo igual valor às esferas do público e do privado, e tornando tais competências e saberes como essenciais à vida de qualquer ser humano. Mas para o fazer é necessário um olhar crítico, atento e vigilante, sobre os “ponto de partida” deles e delas, e o desenvolvimento de estratégias educativas de valorização individual e empoderamento das meninas e de valorização do cuidado (de si e do outro) dos meninos⁹.

Normatividade Social e Universalidade do Masculino

A educação formal tem sido responsável por uma maior igualdade entre jovens e adolescentes de ambos os sexos e por alterações nas relações que estabelecem entre si. Rapazes e raparigas acedem, usufruem e beneficiam dos mesmos recursos disponibiliza-

//// ⁸Vejam-se, por exemplo, para além dos trabalhos de Cristina Coimbra Vieira, os de Luísa Saavedra e Conceição Nogueira e de Teresa Pinto. Acresce o estudo de Isabel Margarida André sobre o *marketing* dos brinquedos destinado à infância que, sendo de 1999, mantém toda a atualidade.

⁹A revista *ex aequo*, da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, APEM, dedicou o seu Dossier Temático do número 36 (2017) à Igualdade de Género na Educação, onde estas questões são tratadas por diversas autoras e autores. Disponível em <https://bit.ly/2Tp8qSt>

dos pela escola. Todavia, essa igualdade tem estado alicerçada numa maior apropriação da normatividade masculina por parte das raparigas do que na incorporação dos traços mais valorizados da feminidade por parte dos rapazes.

A esta dicotomia acresce a assimetria valorativa entre masculino e feminino, a qual explica que a humanidade seja pensada e nomeada a partir de uma conceção masculina de indivíduo e de cidadão. A representação androcêntrica do mundo e da humanidade está presente no conhecimento veiculado pela escola, com duas consequências: a identificação sistemática dos rapazes com esse conhecimento e com os modelos de pessoa em que ele se alicerça e o distanciamento das raparigas de um conhecimento do mundo e da humanidade sem modelos com os quais se possam identificar. O que se ensina na escola diz sempre diretamente respeito a eles mas raramente a elas.

Deste modo, compreende-se que seja frequente a incorporação da ideia de diversidade de opções, do direito a ser tudo e escolher o que se quiser por parte dos rapazes e a interiorização da ideia de estranheza, da restrição de possibilidades futuras e dos conditionalismos das escolhas por parte das raparigas. A evolução da taxa de feminização de diplomas em tecnologias de informação e comunicação em Portugal constitui um claro exemplo deste processo. Tendo baixado de 26%, em 2000, para 19,8%, em 2014, tem permanecido abaixo dos 20% nos últimos 10 anos¹⁰.

Uma questão que tem sido colocada nos últimos anos¹¹ e que consideramos indissociável daquelas que colocámos anteriormente, é a de saber se, no conhecimento que mobilizamos em termos sociais e que transmitimos através da educação formal, se dá a mesma importância aos traços, comportamentos e papéis sociais considerados “femininos” e aos que se considera como “masculinos”. Diversas/os especialistas têm vindo a questionar-se sobre a eventualidade das sociedades atuais estarem a desenvolver novos mecanismos de desvalorização e anulação do entendemos como próprio da feminidade (e das mulheres e raparigas), nomeadamente através de novos paradigmas neoliberais de desenvolvimento tecnológico. Neste sentido, poder-se-á perguntar se a escola está, também ela, a conduzir as raparigas a aderir e a adotar normas comportamentais e simbólicas “masculinas”, sem que promova, da mesma forma, a mesma incorporação das normas comportamentais e simbólicas “femininas” nos rapazes.

O cariz androcêntrico do conhecimento, produzido e ensinado, pode ser considerado tão importante como as dinâmicas pessoais e interpessoais, ou mesmo institucionais e organizacionais, promotoras da igualdade de género. Quer isto dizer que, no caso da educação, não basta, por exemplo, integrar a igualdade de género na educação para a cidadania ou em projetos específicos sem relação com as diferentes áreas curriculares e disciplinares, nem com a cultura educativa e organizacional da escola. É fundamental a integração do conhecimento produzido sobre mulheres e sobre homens e sobre as relações que foram sendo, e continuam a ser, (re)construídas entre umas e outros, nas diferentes áreas disciplinares científicas. Tal exige, por um lado, uma ciência que não seja

//// ¹⁰Veja-se a este propósito *Igualdade de Género em Portugal. Indicadores-chave 2017*, CIG, disponível em <https://bit.ly/2vjt6z4>

¹¹Ver *Combating gender stereotypes and sexism in and through education*, Conselho da Europa, 2014, disponível em <https://bit.ly/2Dxgwmp>

“assética”, na perspectiva da crítica feminista, e uma educação e um ensino disciplinares que tornem efetivo um conhecimento sobre o mundo e a humanidade mais próximo da realidade, ou seja, mais integrador da diversidade humana de mulheres e de homens.

Para dar resposta a esta necessidade, a CIG editou recentemente uma publicação (o 5.º de um conjunto de 5 Guiões de Educação Género e Cidadania¹²) destinada ao ensino secundário e produzida por uma equipa de investigadoras de diferentes áreas científicas, alicerçada numa análise crítica dos currículos e programas. A sua utilização pelo corpo docente das escolas proporcionará, à semelhança do que tem vindo a ocorrer com os Guiões que se destinam aos outros ciclos, práticas pedagógicas, individuais e coletivas, mais consentâneas com os imperativos da agenda política para a igualdade, contribuindo para “modificar os esquemas e modelos de comportamento sociocultural dos homens e das mulheres com vista a alcançar a eliminação dos preconceitos e das práticas costumeiras, ou de qualquer outro tipo, que se fundem na ideia de inferioridade ou de superioridade de um ou de outro sexo ou de um papel estereotipado dos homens e das mulheres”¹³.

Consideramos, assim, que a igualdade entre mulheres e homens coloca hoje à academia o desafio da plena incorporação (e consolidação) da abordagem crítica, de cariz feminista (teórica, epistemológica e metodológica), na construção da ciência e do conhecimento sobre a realidade social. A integração das chamadas “questões de género” na produção científica “*sem o respaldo do pensamento crítico feminista corre o risco de se alicerçar em pressupostos androcêntricos, que é suposto a perspectiva de género questionar, e conduzir a interpretações da realidade social alinhadas com as novas configurações patriarcais, sociais, económicas, tecnológicas e políticas*”¹⁴.

//// ¹² Os *Guiões de Educação Género e Cidadania*, destinados, respetivamente, ao pré-escolar, aos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário, foram concebidos por uma equipa de 30 investigadoras/es e docentes do ensino superior provenientes de 12 instituições de ensino superior. Disponíveis em <https://bit.ly/2DujxUO> foram considerados uma boa prática pela Comissão Europeia em 2012 e pelo Conselho da Europa, em 2015 (*Compilation of good practices to promote an education free from gender stereotypes and identifying ways to implement the measures which are included in the Committee of Ministers' Recommendation on gender mainstreaming in education*, pp. 76-81, disponível em <https://bit.ly/2jfJniV>)

¹³ Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, artigo 5.º Este imperativo político é reiterado pelo Conselho da Europa na Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, aprovada em 2011.

¹⁴ Tal como sublinham as autoras do Dossier Temático “Género, educação e cidadania: conhecimento, ausências e (in)visibilidades” da revista *ex aequo*, n.º 36, da autoria de Teresa Alvarez, Cristina Coimbra Vieira e Joanna Ostrouch-Kaminka (pp. 10-11).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹⁰⁶

Reflexões sobre a Igualdade entre Mulheres e Homens: conhecimento, educação e formação

André, Isabel Margarida (1999), “Igualdade de Oportunidades: um longo percurso até chegar ao mercado de trabalho”, *Sociedade e Trabalho*, n.º 6, pp.89-99.

Arnot, Madeleine (2009), *Educating the Gendered Citizen. Sociological engagements with national and global agendas*, Londres, Routledge.

Casaca, Sara Falcão (Coordenação) (2012), *Mudanças laborais e relações de género: novos vectores de (des)igualdade*, Coimbra, Almedina.

CIG (2015), *Igualdade de Género em Portugal*. 2014, Lisboa, CIG

Conselho da Europa (2014), *Combating gender stereotypes and sexism in and through education*, Estrasburgo, CoE.

Vieira, Cristina Coimbra (2017), *Conhecimento, Género e Cidadania no Ensino Secundário*, Lisboa, CIG.

Vieira, Cristina C., Nunes, M. Teresa Alvarez e Ferro, Maria Jorge (2017), “Questões de género e cidadania: reflexões breves sobre o poder emancipatório da educação”, in *Diálogos Freireanos: a educação e formação de jovens e adultos em Portugal e no Brasil*, Coimbra, Imprensa Universidade de Coimbra.

Durán Heras, María Ángeles (2012), *Unpaid Work in the Global Economy*, Bilbao, Fundación BBVA.

Ferreira, Virgínia e Monteiro, Rosa (2013), *Trabalho, Igualdade e Diálogo Social: Estratégias e desafios de um percurso*, Lisboa, CITE.

Mosconi, Nicole (2009), «Genre et pratiques scolaires: comment éduquer à l'égalité?» in *Égalité filles-garçons à l'École: réalités et perspectives (actes)*, Ministère de l'Éducation National.

Perista, Heloísa et al. (2016), *Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal*, Lisboa, CESIS e CITE.

Pinto, Teresa. (2007), «Mulheres, Educação e Relações Sociais de Género: uma perspectiva histórica», in *A dimensão de género nos produtos educativos multimédia*, Lisboa, DGIDC/ME, pp.31-46.

Saavedra, Luísa e Nogueira, Conceição (2008), “(In)visibilidade de género na educação sexual: propostas para uma nova conceção sobre a prevenção de comportamentos sexuais de risco”, *Pro-Posições* 19, 2(56), pp. 459 - 466.

Subirats Martòri, Marina (2016), «De los dispositivos selectivos en la educación: el caso del sexismo». *RASE. Revista de la Asociación de Sociología de la Educación* 9(1), pp. 22-36.

A Excelência na Universidade

Afonso, A. J. (2015). A educação superior na economia do conhecimento, a subalternização das ciências sociais e humanas e a formação de professores em questão. Avaliação:

//// ¹⁰⁶ As normas e estilos das referências bibliográficas seguem a opção original dos autores.